

TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BR 285, KM 461,5, SALA A, FUNDOS – IJUÍ/RS

CNPJ: 41.498.340/0001-71

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025**Demonstrativos compreendidos:**

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Demonstrações divulgadas no site: <https://www.tentoscap.com.br> em 02/02/2026

A Diretoria da TentosCap declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Luiz Pedro Utzig Dumoncel

Diretor Executivo

Ernani Carvalho da Costa Neto

Diretor Financeiro

Paulo Eduardo Pereira

CRC 030018/O-3



Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias determinadas na Lei 6.404/76, tem prazer em divulgar as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes relativas ao segundo semestre de 2025, findo em 31 de dezembro de 2025.

DESTAQUES COMERCIAIS, OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O ano de 2025 marcou um ciclo relevante de evolução institucional para a TentosCap. Em meio aos desafios, ambiente regulatório dinâmico e, ao mesmo tempo, compromisso com o seu crescimento comercial, avançou de forma consistente na ampliação de seu portfólio de soluções financeiras, no fortalecimento de suas estruturas internas e no amadurecimento de sua governança. Logo no primeiro semestre, realizou as adequações impulsionadas pela Resolução CMN 4.966/21, manteve plena aderência aos novos requisitos regulatórios, como os estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 14, enquanto evoluiu no aprimoramento de seus controles, reforçando a proteção como base para sustentar crescimento e confiança no longo prazo.

Inserida nesse contexto de disciplina regulatória e visão estratégica, a TentosCap também fortaleceu sua estrutura de capital no segundo semestre, com o aporte de R\$ 25 milhões realizado por sua controladora, elevando o capital total para R\$ 75 milhões. O reforço patrimonial ampliou de forma relevante a capacidade de originação de crédito, a absorção de riscos e o desenvolvimento de novos negócios, criando condições para a expansão sustentável das operações. Esse movimento foi acompanhado pelo fortalecimento da governança, com a entrada de um novo diretor responsável pelas operações de crédito, contribuindo para o aprimoramento dos processos, da gestão madura e eficiência operacional, em plena conformidade com os procedimentos regulatórios e com a devida aprovação do Banco Central do Brasil.

A partir dessa base mais fortalecida de capital, governança e controles, a TentosCap SCFI marcou o aumento de seu portfólio de produtos e soluções financeiras, aprofundando sua proposta de valor ao produtor rural. Dentre os principais destaques, sobressai a CPR-Dólar, instrumento alinhado à dinâmica de preços das commodities e fortalece a gestão de riscos cambiais, oferecendo maior aderência às necessidades financeiras do agronegócio.

Esse movimento de inovação e aprofundamento do relacionamento com os clientes se projeta para 2026, com o lançamento da Conta de Pagamento TentosCap, que ampliará a autonomia financeira do produtor rural por meio de uma experiência digital integrada, com movimentação de recursos, cartões, controle financeiro e suporte especializado.

Como reflexo direto da execução dessa estratégia, a TentosCap também apresentou crescimento em seus resultados financeiros. As receitas da intermediação financeira alcançaram R\$ 73,5 milhões em 2025, representando um avanço de 108,27% em relação ao exercício anterior, impulsionadas pela expansão da carteira de crédito e pela diversificação dos produtos ofertados. As despesas da intermediação financeira acompanharam essa trajetória, refletindo tanto o aumento das captações necessárias para suportar o crescimento quanto o ambiente de juros elevados ao longo do período.

O saldo total de ativos mais que dobrou em relação ao final de 2024, com crescimento de 109,3%, impulsionado principalmente pela evolução da carteira de crédito, que atingiu R\$ 467,8 milhões. O passivo acompanhou esse movimento, com destaque para as captações via Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), além de CDI e CDB, contribuindo para o fortalecimento e a diversificação da estrutura de funding da instituição.

Nesse cenário, a TentosCap encerra 2025 posicionada sobre bases mais maduras de capital, governança e eficiência operacional, plenamente alinhada ao seu projeto de crescimento.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2025, a TentosCap deu passos relevantes na consolidação de sua estratégia de crescimento, ampliando seu portfólio de soluções financeiras e promovendo o fortalecimento, o amadurecimento e o desenvolvimento contínuo de suas estruturas internas. Esse avanço reforça a proposta de valor da instituição junto ao produtor rural e a aproxima, de forma consistente, de seu propósito de gerar valor sustentável, ampliar sua relevância no mercado e consolidar sua posição como parceira financeira estratégica do agronegócio brasileiro.

Amparada por essa evolução e em alinhamento ao projeto de crescimento do Grupo 3Tentos, a TentosCap segue comprometida com o objetivo de, em sinergia com o ecossistema, ampliar oportunidades, expandir a sua atuação e desenvolver soluções financeiras cada vez mais completas, aprofundando o relacionamento com os clientes e impulsionando resultados de longo prazo.

Nesse contexto, a Administração reafirma sua confiança na capacidade da TentosCap de sustentar sua trajetória de crescimento com solidez, disciplina e integração, transformando evolução em resultados consistentes.

Ijuí/RS, 02 de fevereiro de 2026.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da **TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – TENTOSCAP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos exercícios anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352

do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 467.828 (quatrocentos e sessenta e sete milhões oitocentos e vinte e oito mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas

esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 10.528 (dez milhões quinhentos e vinte e oito mil reais), sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R\$ 64.665 (sessenta e quatro milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) Do julgamento da Administração quanto à aplicação dos critérios estabelecidos nos modelos internos de avaliação de risco de crédito, utilizados para a mensuração da perda esperada e definição do nível de provisão mínima, considerando as características das operações, do tomador de crédito ou do grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) Aplicação dos critérios de avaliação de risco de crédito, com base em informações quantitativas e qualitativas disponíveis, por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme diretrizes dos modelos internos utilizados para a mensuração da perda esperada; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos critérios de avaliação de risco de crédito e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos critérios de avaliação de risco adotados nos modelos internos da Financeira, bem como avaliamos os critérios prudenciais estabelecidos pela Administração para constituição de provisão de perda esperada adicional à mínima requerida, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim – RS, 02 de fevereiro de 2026.

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Claudionor José Mores
CRC RS 040253/O

BALANÇO PATRIMONIAL**31 de dezembro de 2025 e 2024**

(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Disponibilidade	4	1.703	5.922
Títulos e valores mobiliários	5	16.889	8.067
Operações de crédito	6	409.012	188.295
Operações de crédito		418.678	192.542
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.666)	(4.247)
Ativos não financeiros mantidos para venda	7	882	882
Outros Ativos		582	556
Partes relacionadas	14	294	30
Total ativo circulante		429.362	203.752
Não circulante			
Operações de crédito	6	53.382	26.740
Operações de crédito		54.244	27.099
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(862)	(359)
Impostos diferidos	17	3.158	821
Imobilizado	8	374	519
Intangível	9	1.607	1.171
Direito de uso em arrendamentos	10	283	274
Total ativo não circulante		58.804	29.525
Total ativo		488.166	233.277

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Depósitos	11	392.920	163.052
Depósitos a prazo		392.920	163.052
Instrumentos financeiros	12	608	-
Outros passivos	13	4.506	2.603
Obrigações fiscais		2.120	1.235
Obrigações sociais e trabalhistas		2.163	1.180
Outros passivos		223	188
Partes relacionadas	14	11.034	4.909
Direito de uso em arrendamentos	10	276	269
Total passivo circulante		409.344	170.833
Não circulante			
Depósitos	11	1	11.806
Depósitos a prazo		1	11.806
Total passivo não circulante		1	11.806
Patrimônio líquido	15		
Capital social		75.000	50.000
Reservas de lucros		3.821	638
Total patrimônio líquido		78.821	50.638
Total passivo		488.166	233.277

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º SEM 2025	31/12/2025	31/12/2024
Receita da Intermediação financeira		45.091	73.559	35.319
Receita operações de crédito	6.8	40.274	64.665	30.331
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		2.526	5.856	1.844
Receita de prestação de serviços	16	2.291	3.038	3.144
Despesas da intermediação financeira		(22.622)	(37.124)	(11.601)
Operações de captação no mercado		(22.014)	(36.516)	(11.601)
Instrumentos financeiros	12	(608)	(608)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		22.469	36.435	23.718
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(4.666)	(6.517)	(2.015)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(14.088)	(27.495)	(17.800)
Despesas administrativas		(8.431)	(18.565)	(12.309)
Despesas com pessoal		(3.883)	(6.052)	(3.373)
Despesas tributárias		(1.620)	(2.392)	(1.245)
Outras receitas (despesas) operacionais		(154)	(486)	(873)
Resultado operacional		3.715	2.423	3.903
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.715	2.423	3.903
Imposto de renda e contribuição social	17	(2.172)	(2.172)	(2.259)
Diferido	17	1.854	2.337	(953)
Lucro líquido do exercício		3.397	2.588	691
Lucro líquido por ação		0,04529	0,03451	0,01382

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**Semestre findo em 31 de dezembro de 2025****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º SEM 2025	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		3.397	2.588	691
Implementação da resolução CMN nº 4.966		-	595	-
Total dos resultados abrangentes		3.397	3.183	691

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Reserva Legal	Reserva de lucros	Reservas Especiais de Lucros			
Saldo em 01/01/2024	32.500	-	231	927	(284)	-	33.374
Integralização de capital	17.500	-	-	-	-	-	17.500
Dividendos pagos	-	-	-	(77)	-	-	(77)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	(850)	-	-	(850)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	691	-	691
Constituição de reservas	-	20	290	-	(310)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	97	(97)	-	-
Saldo em 31/12/2024	50.000	20	521	97	-	-	50.638
Implementação da resolução CMN nº 4.966	-	-	-	-	-	595	595
Integralização de Capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.588	-	2.588
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	615	(615)	-	-
Constituição de reservas	-	129	2.439	-	(1.973)	(595)	-
Saldo em 31/12/2025	75.000	149	2.960	712	-	-	78.821
Saldo em 30/06/2025	50.000	20	521	97	(214)	-	50.424
Integralização de Capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.397	-	3.397
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	615	(615)	-	-
Constituição de reservas	-	129	2.439	-	(2.568)	-	-
Saldo em 31/12/2025	75.000	149	2.960	712	-	-	78.821

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

	2º SEM 2025	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	3.397	2.588	691
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.666	6.517	2.015
Amortização direito de uso em arrendamento	209	415	425
Variação cambial	(1.200)	(1.200)	-
Implementação da resolução CMN nº 4.966	-	595	-
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	11	24	32
Ajustes por depreciação de ativos	73	145	136
Ajustes por amortização de intangível	180	319	94
Impostos diferidos	(1.854)	(2.337)	953
(Aumento) Redução em ativos operacionais			
Operações de crédito	(233.308)	(252.676)	(109.031)
Ativo não financeiro mantido para venda	-	-	31
Outros ativos	351	(26)	(435)
Partes relacionadas	(294)	(264)	174
Aumento (Redução) em passivos operacionais			
Instrumentos financeiros	608	608	-
Obrigações fiscais	1.889	885	323
Obrigações sociais e trabalhistas	1.300	983	485
Outros passivos	(33)	35	(118)
Partes relacionadas	(1.992)	6.125	2.899
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	(225.997)	(237.264)	(101.326)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizados	-	-	(235)
Aquisições de ativos intangíveis	(372)	(755)	(481)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento:	(372)	(755)	(716)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	25.000	25.000	17.500
Depósitos	129.453	218.063	81.516
Pagamento de arrendamentos	(225)	(441)	(422)
Pagamento de dividendos	-	-	(77)
Juros sobre capital próprio	-	-	(850)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento:	154.228	242.622	97.667
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(72.141)	4.603	(4.375)
Modificação na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.733	13.989	18.364
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.592	18.592	13.989
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(72.141)	4.603	(4.375)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap" ou "Financeira"). A instituição teve seu funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em 16 de junho de 2021, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em setembro de 2023, a TentosCap alterou seu enquadramento junto ao Banco Central, passando a integrar o segmento S4.

A TentosCap tem como natureza de negócio a oferta de operações de crédito mediante aplicação de recursos próprios. No último exercício de atuação, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos Cédula de Produtor Rural, Capital de Giro, Antecipação de Recebíveis, Crédito Consignado Privado e Empréstimo Pessoal. Como novidade, destacou-se o lançamento de operações em dólar, atreladas à variação cambial.

Em uma avaliação retrospectiva, observa-se o avanço progressivo da instituição, impulsionado pela expansão de mercado, ampliação de sua estrutura operacional e de capital, bem como pelo investimento em inovação e desenvolvimento. Nesse período, a TentosCap ampliou consideravelmente seu ativo, suas receitas e sua carteira, contando com forte incentivo da administração para o crescimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da TentosCap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

3. Principais critérios contábeis adotados

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições de Segmento S4. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

a) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a TentosCap avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros da TentosCap são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortização (CA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

A carteira da financeira está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado	423.765	219.641
Valor justo por meio de resultado	44.063	-
Total da carteira de crédito	467.828	219.641

b) Instrumentos financeiros derivativos

A TentosCap utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para proteção contra a variação cambial de suas posições ativas, não realizando operações com fins especulativos.

Sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo valor justo, apurado por meio de metodologias de marcação a mercado, e as variações decorrentes desses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

c) Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo inclui os custos de transação identificados como elegíveis pela TentosCap (tarifas cobradas dos clientes relacionado a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

d) Reconhecimento de receita e cessão do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimadas descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

Em conformidade com as práticas regulatórios e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencidos.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

e) Provisão para perdas esperadas

A TentosCap realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as operações de crédito. A Financeira integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que a TentosCap operação são enquadradas nas carteiras (C1 a C5).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Financeira para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo 2 da Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros.
O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo 1 do Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos).
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no artigo 78 da Resolução BCB nº 352/23.

f) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

g) Disponibilidades

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

h) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

l) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários	674	5.386
Aplicações de liquidez imediata	1.029	536
Disponibilidades	1.703	5.922

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas de fundos de investimentos	16.889	8.067
Títulos e valores mobiliários	16.889	8.067

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por carteira, vencimento, ramo da atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com a Resolução BCB nº 352/23, conforme segue:

6.1 Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	31/12/2025			31/12/2024		
	Curto prazo	Longo Prazo	Total	Curto prazo	Longo Prazo	Total
Cédula de produtor rural	382.306	40.912	423.218	191.546	27.021	218.567
Capital de giro	10.942	12.696	23.638	-	-	-
Financiamento rurais	19.860	-	19.860	-	-	-
Crédito pessoal consignado*	80	-	80	466	-	466
Crédito pessoal	917	115	1.032	530	78	608
Total da carteira de crédito	414.105	53.723	467.828	192.542	27.099	219.641
Comissões a diferir**	4.573	521	5.094	-	-	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.666)	(862)	(10.528)	(4.247)	(359)	(4.606)
Operações de crédito	409.012	53.382	462.394	188.295	26.740	215.035

(*) A TentosCap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R\$ 73 (setenta e três mil) em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 446 (quatrocentos e quarenta e seis mil) em 31 de dezembro de 2024 (Nota 14).

(**) As comissões a diferir referem-se às comissões relativas à originação de novas operações, intermediadas pela Três Tentos Agroindustrial S.A. e pela Tentos Promotora de Vendas, que atuam como correspondentes bancárias da TentosCap. Tais comissões são apropriadas ao resultado ao longo da vida útil dos contratos que lhes deram origem, em conformidade com o disposto na Resolução BCB nº 352/23.

6.2 Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

	A Vencer					31/12/2025
	Vencidas	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Cédula de produtor rural	16.560	41.685	324.061	40.149	763	423.218
Capital de giro	-	1.681	9.261	12.696	-	23.638
Financiamento rurais	-	10.650	9.210	-	-	19.860
Crédito pessoal consignado	2	69	9	-	-	80
Crédito pessoal	39	346	532	115	-	1.032
Total da carteira de crédito	16.601	54.431	343.073	52.960	763	467.828
Comissões a diferir	-	2.503	2.070	486	35	5.094
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.711)	(816)	(5.139)	(851)	(11)	(10.528)
Operações de crédito	12.890	56.118	340.004	52.595	787	462.394
% de operações por vencimento	3%	12%	74%	11%	0%	100%

	A Vencer					31/12/2024
	Vencidas	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Cédula de produtor rural	4.807	8.915	177.824	24.840	2.181	218.567
Crédito pessoal consignado	2	163	301	-	-	466
Crédito pessoal	-	214	316	78	-	608
Total da carteira de crédito	4.809	9.292	178.441	24.918	2.181	219.641
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.085)	(187)	(2.975)	(334)	(25)	(4.606)
Operações de crédito	3.724	9.105	175.466	24.584	2.156	215.035
% de operações por vencimento	2%	4%	82%	11%	1%	100%

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade e concentração por clientes

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Saldo	%
Pessoas físicas	399.447	85%	208.588	95%
Pessoas jurídicas	68.381	15%	11.053	5%
Setor privado	467.828	100%	219.641	100%

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior cliente	10.969	2%	8.391	4%
10 seguintes maiores clientes	73.047	16%	44.679	20%
20 seguintes maiores clientes	74.640	16%	41.902	19%
50 seguintes maiores clientes	96.917	21%	52.521	24%
100 seguintes maiores clientes	99.463	21%	46.771	21%
Demais clientes	112.792	24%	25.377	12%
Total da carteira de crédito	467.828	100%	219.641	100%

6.4 Composição das operações por carteira, situação e faixa de atraso

A carteira de operações de crédito é avaliada conforme os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23, da seguinte forma:

Carteira C1

Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos e entidades multilaterais de desenvolvimento.

Carteira C2

Créditos de arrendamentos mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis por alienação fiduciária de bens móveis, créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança, créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada das instituições, nos termos da Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020.

Carteira C3

Créditos decorrentes de operações de desconto de direito creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoas não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesmas pessoas seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis, créditos decorrentes de operações garantidas

por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput.

Carteira C4

Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.

Carteira C5

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito no modalidade rotativo sem garantias ou colaterais, créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrente de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

							31/12/2025
	C1	C2	C3	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% sobre o total
Ativos não problemáticos	165.579	231.306	51.543	5.772	7.120	461.320	98,59%
Sem atraso	156.555	227.435	50.157	5.691	7.054	446.892	95,50%
De 1 a 30 dias de atraso	1.740	-	896	-	18	2.654	0,57%
De 31 a 60 dias de atraso	3.045	3.871	477	81	48	7.522	1,61%
De 61 a 90 dias de atraso	4.239	-	13	-	-	4.252	0,91%
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	5	71	76	0,04%
Sem atraso	-	-	-	-	33	33	0,01%
De 1 a 30 dias de atraso	-	-	-	-	2	2	0,01%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	-	-	36	36	0,01%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	5	-	5	0,01%
Ativos problemáticos inadimplidos	2.271	3.517	396	247	1	6.432	1,37%
De 90 a 180 dias	-	-	19	6	-	25	0,01%
De 181 a 240 dias	541	3.097	-	198	-	3.836	0,82%
De 241 a 300 dias	1.261	-	102	-	-	1.363	0,29%
Acima de 300 dias	469	420	275	43	1	1.208	0,25%
Total da carteira de crédito	167.850	234.823	51.939	6.024	7.192	467.828	100%

6.5 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos não problemáticos	165.579	231.306	51.543	5.772	7.120	461.320
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	5	71	76
Ativos problemáticos inadimplidos	2.271	3.517	396	247	1	6.432
Total carteira	167.850	234.823	51.939	6.024	7.192	467.828
Perda esperada	(2.701)	(3.558)	(1.071)	(132)	(179)	(7.641)
Perda incorridas	(717)	(1.677)	(343)	(149)	(1)	(2.887)
Total perdas	(3.418)	(5.235)	(1.414)	(281)	(180)	(10.528)
Total operações de crédito	164.432	229.588	50.525	5.743	7.012	457.300

6.6 Movimentação das operações de crédito

As operações de crédito apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	219.641	112.698
Créditos liberados	537.362	239.836
Créditos recebidos	(358.858)	(162.075)
Apropriação de rendas	68.477	31.609
Receitas e custos de transações a diferir	7.593	-
Receitas e custos de transações diferidos	(2.499)	-
Variação cambial da carteira de crédito	1.206	-
Baixa para prejuízo	-	(2.427)
Saldo final	472.922	219.641

6.7 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(4.606)	(4.679)
Constituição de provisão para perdas esperadas	(20.116)	(7.052)
Reversão de provisão para perdas esperadas	13.599	4.698
Baixa para prejuízo	-	2.427
Impacto implementação resolução CMN nº 4.966/21	595	-
Saldo final	(10.528)	(4.606)

6.8 Composição das receitas de operações de crédito

	2º SEM 2025	%	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Cédula de produtor rural	34.955	86,8%	58.965	91,2%	29.755	98,1%
Financiamentos rurais - LCA	1.684	4,2%	1.900	2,9%	-	0,0%
Capital de giro	1.556	3,9%	1.566	2,4%	-	0,0%
Direitos creditórios descontados	471	1,1%	471	0,7%	-	0,0%
Crédito pessoal consignado	287	0,7%	403	0,6%	146	0,5%
Crédito pessoal	92	0,2%	131	0,2%	83	0,3%
Variação cambial da carteira de crédito	1.206	3,0%	1.206	1,9%	-	0,0%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	23	0,1%	23	0,1%	347	1,1%
Receitas de operações de crédito	40.274	100,0%	64.665	100,0%	30.331	100,0%

6.9 Movimentação das operações renegociadas

As operações de crédito renegociadas apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2025	2024
Operações normais	456.398	212.401
Operações renegociadas	11.430	7.240
Saldo final normais	467.828	219.641

	2025	2024
Saldo inicial	7.240	5.925
Renegociações	8.322	11.736
Rendas apropriadas	1.249	931
Baixas para prejuízo	-	(935)
Liquidações	(5.381)	(10.417)
Saldo final	11.430	7.240

7. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, refere-se a bens recebidos como liquidação total ou parcial de operações de créditos. Os saldos são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e implementos agrícolas	882	882
Ativos não financeiros mantidos para venda	882	882

8. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no exercício, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Veículos	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2023	492	492
Adições	235	235
Saldo em 31/12/2024	727	727
Adições	-	-
Saldo em 31/12/2025	727	727
Depreciação		
Saldo em 31/12/2023	(72)	(72)
Depreciações	(136)	(136)
Saldo em 31/12/2024	(208)	(208)
Depreciações	(145)	(145)
Saldo em 31/12/2025	(353)	(353)
Valor residual		
Saldo em 31/12/2023	420	420
Saldo em 31/12/2024	519	519
Saldo em 31/12/2025	374	374

9. Ativo intangível

O ativo intangível da instituição é composto pelo registro da marca da Instituição e seus softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Financeira testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

	Marcas e Registros	Softwares em Desenvolvimento	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2023	66	718	784
Adições	-	481	481
Saldo em 31/12/2024	66	1.199	1.265
Adições	-	755	755
Saldo em 31/12/2025	66	1.954	2.020
Amortização			
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Amortização	-	(94)	(94)
Saldo em 31/12/2024	-	(94)	(94)
Amortização	-	(319)	(319)
Saldo em 31/12/2025	-	(413)	(413)
Valor residual			
Saldo em 31/12/2023	66	718	784
Saldo em 31/12/2024	66	1.105	1.171
Saldo em 31/12/2025	66	1.541	1.607

10. Direito de uso em arrendamentos

Os contratos reconhecidos na data base, têm por objeto a utilização dos sistemas utilizados na administração e gerenciamento das suas rotinas operacionais.

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso durante o exercício de 2025, estão abaixo apresentadas:

	Direito de uso arrendamentos
Em 31 de dezembro de 2023	285
Adições de contratos e remensurações do direito de uso	414
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(425)
Em 31 de dezembro de 2024	274
Adições de contratos e remensurações do direito de uso	424
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(415)
Em 31 de dezembro de 2025	283

A movimentação dos passivos de arrendamentos durante exercício 2025 estão abaixo apresentadas:

	Passivo de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	245
Adições de contratos e remensuração do passivo de arrendamento	414
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	32
(-) Pagamentos	(422)
Em 31 de dezembro de 2024	269
Adições de contratos e remensuração do passivo de arrendamento	424
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	24
(-) Pagamentos	(441)
Em 31 de dezembro de 2025	276

11. Depósitos

Os ativos captados consistem em títulos pré-fixados, com taxas já identificadas no momento do investimento, que variam de 11% a 16% ao ano e taxas pós-fixadas atreladas ao indicador CDI, com remuneração entre 84% e 150%. Os vencimentos ocorrem entre fevereiro de 2026 e junho de 2027.

	Vencimentos	Taxa média	A vencer			31/12/2025	
			em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
Letras do agronegócio	fev/26 a jun/27	13,32% a.a.	5.052	382.228	1	387.281	99%
CDB	mar/26	15,26% a.a.	5.640	-	-	5.640	1%
Depósitos a prazo			10.692	382.228	1	392.921	100%
Circulante		392.920					
Não circulante		1					

	Vencimentos	Taxa média	A vencer			31/12/2024	
			em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
Letras do agronegócio	jan/25 a jun/26	11,71% a.a.	1.902	161.150	11.806	174.858	100%
Depósitos a prazo			1.902	161.150	11.806	174.858	100%
Circulante		163.052					
Não circulante		11.806					

11.1 Movimentação registrada para os depósitos

	2025	2024
Em 1º de janeiro	174.858	93.342
Captações no mercado	589.767	206.752
Apropriação de juros	35.274	11.038
Resgates do exercício	(406.592)	(136.283)
Despesas de captação a apropriar	(386)	-
Outras despesas (reversões) de captação	-	9
Saldo Final	392.921	174.858

12. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da instituição consistem em operações de *swap* destinadas à proteção contra variações cambiais das suas posições ativas.

	31/12/2025	31/12/2024
Operações de Swap	608	-
Instrumentos financeiros	608	-

13. Outros passivos

O montante de R\$ 4.506 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos referentes a folha de pagamento, os tributos incidentes sobre as operações, fornecedores diversos.

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recolher	1.005	578
CSLL a recolher	665	475
PIS e COFINS	401	126
Outros Impostos	49	56
Obrigações fiscais	2.120	1.235
Salários a pagar	400	292
Tributos sobre salários a pagar	245	107
Provisão de férias a pagar	276	204
Programa de participação nos resultados	1.242	577
Obrigações sociais e trabalhistas	2.163	1.180
Fornecedores diversos	223	188
Outros passivos	223	188
Outros passivos	4.506	2.603

Em conformidade com acordos coletivos de trabalho e os programas de incentivos e benefícios aprovados e firmados com as categorias de seus colaboradores, a Financeira, tem um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus profissionais.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base em metas financeiras e operacionais.

14. Partes relacionadas

A Financeira possui obrigações junto a parte relacionada Tentos Promotora de Vendas Ltda., Tentos Corretora de Seguros Ltda. e Três Tentos Agroindustrial S.A., que atuam como um correspondente bancária da TentosCap, intermediando as operações de crédito.

Distribuídos nas seguintes rubricas	Balanco patrimonial			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas	294	11.034	30	4.909
Créditos pessoal consignado*	73	-	446	-
Cédula de produtor rural	440	-	618	-
Total	807	11.034	1.094	4.909

(*) A Tentoscap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R\$ 73 (setenta e três mil) em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 446 (quatrocentos e quarenta e seis mil) em 31 de dezembro de 2024 (Nota 6).

Distribuídos nas seguintes partes relacionadas	Balanco patrimonial			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tentos Promotora de Vendas LTDA.	-	5.478	-	2.426
Três Tentos Agroindustrial S.A.	73	5.556	446	2.483
Tentos Corretora de Seguros LTDA.	-	-	30	-
Partes pessoas físicas	734	-	618	-
Total	807	11.034	1.094	4.909

Distribuídos nas seguintes partes relacionadas	Demonstração do resultado					
	2º Semestre 2025		31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Tentos Promotora de Vendas LTDA.	-	2.982	-	7.105	-	4.698
Três Tentos Agroindustrial S.A.	-	3.196	-	7.578	-	4.655
Partes pessoas físicas	64	-	102	-	11	-
Total	64	6.178	102	14.683	11	9.353

Distribuídos nas seguintes rubricas	Demonstração do resultado					
	2º Semestre 2025		31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Correspondentes bancários (NE 16)	-	5.964	-	14.210	-	9.353
Despesas gerais	-	214	-	473	-	-
Rendas operações de crédito	64	-	102	-	11	-
Total	64	6.178	102	14.683	11	9.353

15. Patrimônio líquido

Capital Social

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de 75.000.000 (setenta e cinco milhões de reais), divididos em 75.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Financeira no montante de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas na mesma data. O referido aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 13 de novembro de 2025.

Reserva de lucros

Reserva legal: está constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 Sociedade por Ações e o Estatuto Social da Financeira. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal corresponde a R\$ 149 (cento e quarenta e nove mil reais).

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

Reserva de Lucros: Compostos pelo saldo de lucros acumulados dos exercícios anteriores, devidamente constituída em Assembleia Geral Ordinária, mais o resultado líquido do exercício, após as destinações obrigatórias e os dividendos propostos pela administração.

16. Outras receitas (despesas) por função e natureza

Demonstrativo das despesas e receitas por função e natureza:

	2º SEM 2025	31/12/2025	31/12/2024
Por função	(11.797)	(24.457)	(14.656)
Receita de prestação de serviços	2.291	3.038	3.144
Despesas administrativas	(8.431)	(18.565)	(12.309)
Despesas com pessoal	(3.883)	(6.052)	(3.373)
Despesas tributárias	(1.620)	(2.392)	(1.245)
Outras receitas (despesas) operacionais	(154)	(486)	(873)
Por natureza	(11.797)	(24.457)	(14.656)
Correspondentes bancários (NE 14)	(5.964)	(14.210)	(9.353)
Despesas com pessoal	(2.590)	(4.606)	(2.721)
Despesas tributárias	(1.620)	(2.392)	(1.245)
Serviços de terceiros	(885)	(1.506)	(1.099)
Programa de participação nos resultados	(1.242)	(1.381)	(590)
Manutenção de software	(553)	(1.034)	(654)
Licenças e consultas ao sistema financeiro	(436)	(784)	(523)
Amortização direito de uso	(209)	(415)	(425)
Custas de cartórios	(194)	(339)	(165)
Amortização intangível	(180)	(319)	(94)
Despesas com marketing	(122)	(314)	(77)
Outras despesas administrativas	(199)	(232)	(841)
Depreciação de veículos	(73)	(145)	(136)
Aluguéis e locações	(50)	(50)	-
Despesas com viagens	(51)	(65)	(62)
Receita com confecção de cadastro	2.204	2.744	3.116
Outras receitas (despesas) operacionais	367	591	213

17. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.424	3.903
Adições	9.911	3.391
(Exclusões)	(6.844)	(1.587)
Base de Cálculo	5.491	5.707
IRPJ à alíquota de 15%	(824)	(856)
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	(524)	(547)
CSLL à alíquota de 15%	(824)	(856)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(2.172)	(2.259)

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 refere-se a:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas com operações de crédito	3.057	806
Outras diferenças temporárias	-	15
Créditos transição Lei 14.467	101	-
Total dos ativos fiscais diferido	3.158	821
Imposto de Renda	1.985	513
Contribuição Social	1.173	308

A movimentação do ativo fiscal diferido está representada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023	1.774
Reversão através de diferenças temporárias	(1.774)
Constituição através de diferenças temporárias	821
Em 31 de dezembro de 2024	821
Reversão através de diferenças temporárias	(258)
Constituição através de diferenças temporárias	2.595
Em 31 de dezembro de 2025	3.158

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos da TentosCap atende às exigências regulatórias e é compatível com seu porte e apetite ao risco, conforme disposto abaixo.

Risco de crédito

Em linha com a definição utilizada pelo Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras pela contraparte, nos termos pactuados, bem como eventual desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação ou custos de recuperação. Para tanto, a TentosCap desenvolveu e aplica métodos criteriosos de análise do risco de crédito compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e dimensão da exposição ao risco de crédito da Instituição.

Risco de liquidez

Os riscos operacionais podem ser definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo fraudes, ações judiciais e concretização de riscos legais.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Risco operacional

Os riscos operacionais podem ser definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo fraudes, ações judiciais e concretização de riscos legais.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Riscos sociais, ambientais e climáticos

Em conformidade com a Resolução 4.557/17, define-se:

- a) **Risco Social:** “possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.”
- b) **Risco Climático:** possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, ou a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.

- c) **Risco Ambiental:** “possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.”

Tais riscos associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais. Para mitigar esse risco, todas as operações de crédito passam por análise criteriosa de indícios, que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética

A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da TentosCap ou por ela controlados está devidamente monitorada e controlada. A instituição adota diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da TentosCap utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, avaliação da necessidade de capital e otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição encontra-se em processo de adequação para atendimento aos limites mínimos estabelecidos, dentro dos prazos regulamentares previstos.

Risco de mercado

Define-se como risco de mercado, nos termos da Resolução 4.557/17, como a “possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.” É mensurado, ainda, a partir do cálculo do Risco de mercado da carteira de negociação e da mensuração do IRRBB.

O risco de mercado da carteira de negociação consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos ali classificados. Este risco, portanto, associa-se a potenciais prejuízos decorrentes de fatores como variação das taxas de juros, variação cambial, variação de índices econômicos e variação de preços de mercadorias, tais como commodities.

A carteira de negociação é formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

O IRRBB, por sua vez, é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado por abordagem padronizada, levando em consideração um cenário de choque nas taxas de juros.

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.

Limite operacional (Basileia)

A Instituição optou pela metodologia disposta na Resolução 4.958/21 para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, consistente no somatório de três itens: Capital Principal, Capital Complementar e Capital de Nível II. Em 31 de dezembro de 2025 o Patrimônio de Referência da financeira era de R\$ 77.214 (setenta e sete milhões duzentos e quatorze mil reais). Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia da TentosCap em 31 de dezembro de 2025 estava em 19,96% (24,52% em 31 de dezembro de 2024).

19. Implementação da Resolução 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

Impacto no Patrimônio Líquido Resolução CMN nº 4.966/2021

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram estudados pela instituição tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

A implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 resultou em um acréscimo aproximado de 1,2% no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Patrimônio líquido	50.638
Ajuste implementação da resolução CMN nº 4.966	595
Patrimônio líquido ajustado	51.233
Impacto % no patrimônio líquido	1,2%

Em decorrência da adoção da metodologia simplificada de perdas esperadas houve um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 595 (quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Os ajustes identificados são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados na data da transição, afetando diretamente o patrimônio líquido da Financeira.

20. Contratos de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Financeira contratou a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais.

A Financeira contrata apólices de seguros com cobertura sobre sua frota de veículos. As coberturas totais somavam R\$ 11.665 (onze milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais) e abrangem: Colisões, incêndios, roubos, furtos, acidentes pessoais por passageiros, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, danos morais e estéticos a terceiros, danos aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis.